

## A imagem do PT nas coberturas do caso CPEM

Paulo Roberto Figueira Leal

### Resumo

Já em 1997, quando das denúncias de corrupção envolvendo a empresa de consultoria CPEM e prefeituras petistas de São Paulo, as produções noticiosas dos dois principais jornais paulistas enfatizavam (peremptoriamente em *O Estado de S. Paulo*; hipoteticamente na *Folha de S. Paulo*) a não diferenciação do PT em relação a outros partidos. Enquanto as escolhas editoriais do *Estadão* foram preferencialmente por reportagens com estilo editorializado e centradas no Partido dos Trabalhadores, as da *Folha* enfatizaram as relações promíscuas entre consultorias e prefeituras (não apenas as petistas).

### Palavras-chave:

Jornalismo político, Enquadramento, Partido dos Trabalhadores

## The image of PT in the coverage of the CPEM affair

### Abstract

As early as 1997, when the corruption case involving the CPEM consulting and the Partido dos Trabalhadores (PT - Worker's Party) Sao Paulo estate municipal governments first appeared, the two main newspapers in São Paulo emphasized (*O Estado de S. Paulo*, peremptorily; and the *Folha de S. Paulo*, hypothetically) that there was no difference between the PT and all the other parties. While *Estadão* preferred the editorial style, centered on the PT, *Folha* emphasized the promiscuous relations between consulting firms and municipal governments (not only the ones that are ruled by PT).

### Key words:

Political journalism, Frame, Worker's Party

Depois das denúncias feitas em 2005 pelo ex-deputado Roberto Jefferson (sobre a existência de um mecanismo de cooptação parlamentar no esquema que ficou conhecido como *Mensalão*), produziu-se um reavivamento de velhas acusações contra o Partido dos Trabalhadores: entre elas, a de que várias prefeituras do interior paulista administradas pelo PT nos anos 90 sofreram pressões partidárias para contratar uma empresa de consultoria chamada CPEM, ligada a Roberto Teixeira, então amigo íntimo do presidente Lula.

As primeiras denúncias relacionadas ao caso foram publicadas na edição de 26 de maio de 1997 do paulistano *Jornal da Tarde*. Rapidamente todos os grandes jornais do país acolheram pautas decorrentes daquela matéria. E que imagem era projetada sobre o PT por esses grandes jornais? Naquele ano de 1997, período em que o partido se encontrava em pleno processo de crescimento e consolidação (cujo ápice se daria com a eleição de Lula em 2002), que papel desempenhou especificamente a grande imprensa de São Paulo – berço e então principal reduto eleitoral petista – na delimitação da imagem pública do Partido dos Trabalhadores?

O presente artigo concentra-se em analisar as ênfases editoriais das coberturas sobre o tema CPEM realizadas pelos dois mais influentes diários paulistas, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, entre os dias 27 de maio de 1997 (dia seguinte à publicação das denúncias pelo *Jornal da Tarde*) e 4 de junho de 1997 (data-limite escolhida por ainda conter matérias relacionadas ao tema, sobretudo em virtude da instauração, pelo PT, de uma comissão de sindicância para apurar responsabilidades).

## Após a chegada a postos de governo, surgiu uma segunda onda de estudos sobre o partido

Pretende-se inferir, a partir da avaliação dos enquadramentos dados pelos veículos, qual imagem do PT decorreu da produção noticiosa de cada um dos referidos jornais.

### O jornalismo e a imagem partidária

Ao nascer em 1980 como um partido de corte ideológico socialista (apesar de o socialismo petista nunca ter sido um projeto político claro nem coeso), constituindo-se do ponto de vista organizacional como partido de massa e internamente mais aberto e democrático do que a esquerda comunista tradicional, o PT certamente acostumou-se, nos primeiros anos, a se ver – e a ser visto – a partir de molduras paradigmáticas dadas pelas instituições partidárias européias (Leal, 2005).

Os primeiros trabalhos acadêmicos produzidos pelo PT enquadram-se no apontamento das novidades trazidas pelo PT para o cenário partidário brasileiro – perspectiva dominante durante a primeira metade dos anos 80, década na qual o PT se consolidou como um partido com imagem distinta da de seus competidores. Exemplos dessa abordagem são os livros de Margaret Keck (1991), sustentando que o PT era uma anormalidade no sistema brasileiro; e de Rachel Meneguello (1989), que via nele a primeira tentativa de criar um partido de massas no país.

Após a chegada a postos de governo, surgiu uma segunda onda de estudos sobre o partido: os trabalhos relacionados às transformações pelas quais o PT passou desde que começou a obter sucessos eleitorais significativos. Esta tendência passou a se consolidar após a vitória de Luiza Erundina em São Paulo, em 1988, e ao excepcional desempenho de Lula na disputa presidencial.

de 1989. A partir daquele momento, o PT não poderia mais ser visto como um pequeno e exótico partido com rica fauna ideológica. Era, desde então, um competidor com reais perspectivas de exercício do poder – o que trouxe às análises sobre o partido a discussão sobre a competição no mercado eleitoral e as mudanças dali emanadas (Leal, 2004).

Constata-se que a agenda de abordagens sobre o PT no mundo acadêmico (com eco nas avaliações da mídia e da opinião pública) apresentou ciclos de abordagens predominantes, que se sucederam de modo a dar conta da evolução histórica do sistema partidário brasileiro e das mudanças do próprio PT.

Mas qual foi o papel da imprensa nesse deslocamento das ênfases a partir das quais o Partido dos Trabalhadores foi percebido pela academia e pela sociedade? Para discutir a questão, é preciso antes indicar a concepção de jornalismo com a qual se trabalha no presente artigo, que leva em conta os pressupostos de que as relações e interações sociais são elementos fundamentais na “construção social da realidade” (Berger e Luckmann, 1983). Parte-se do pressuposto de que os meios de comunicação de massa, ao lado de instituições tradicionais como a família e a escola, são cada vez mais importantes nesse processo de ordenação dos sentidos do mundo.

Objetividade, neutralidade e concisão. Os manuais de redação e estilo dos jornais enfatizam estes atributos como sendo alguns daqueles mais indispensáveis para uma boa matéria jornalística. É através deles, reza a tradição, que o profissional acessa o mundo e transforma fatos em notícias. A definição tradicional, pelos veículos, dos critérios norteadores para a escolha do que é ou não

**Problemático é o fato de serem utilizados pela mídia sempre os mesmos enquadramentos**

relevante baseia-se na discutível convicção de que é possível refletir a realidade tal como ela efetivamente é e objetivamente hierarquizar eventos por ordem de importância. Nessa perspectiva, a realidade dos fatos e dos objetos do mundo é efetivamente cognoscível e passível de ser encapsulada em textos, falas ou imagens jornalísticas.

Não é tarefa deste trabalho discutir em profundidade o paradigma acima. Questões epistemológicas muito complexas emergem dessa discussão, num antigo embate. Contudo, com base em teóricos relativizadores dessa ideologia da objetividade, pretendemos utilizar o conceito fundamental de *enquadramento de mídia* – segundo Goffman (1974), aqueles modelos de interpretação e seleção (definindo, por exemplo, ênfases e exclusões) que são utilizados para organizar o discurso. O jornalismo, nessa perspectiva, não trata de reproduzir a realidade, mas sim de construí-la, de representá-la a partir de filtros mediadores.

Como ressalta Todd Gitlin (1980), o enquadramento de mídia é crucial para o entendimento de como se dá o processo de produção jornalística, no qual o volume de trabalho e a escassez de tempo tornam inevitável a utilização desses roteiros que definem certos enfoques a serem privilegiados. Gitlin sugere que o principal problema em relação aos enquadramentos não é tanto a constatação de que eles existem; problemático é o fato de serem utilizados pela mídia sempre os mesmos, e não outros possíveis enquadramentos alternativos.

É neste ponto que o artigo pretende centrar-se: ao analisar a cobertura que os dois mais influentes diários paulistas fizeram do episódio CPEM, tentaremos identificar se houve enquadramentos recorrentes

nas coberturas e, na conclusão do trabalho, identificar se *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* enfatizaram aspectos que representem valores ideológicos similares nas unidades de análise aqui tratadas – notícias, reportagens e editoriais

Esta questão é relevante, sobretudo, se considerarmos, como Mark Fishman (1990), que os meios de comunicação legitimam suas posturas pautados, em grande parte, pelos concorrentes – o que é publicado em outros veículos (fontes internas) constitui-se em critério de balizamento sobre o que é ou não notícia. Fishman propõe que o noticiário não reproduz nem tampouco inventa a realidade: ele o constrói com base nestas fontes internas e em fontes externas – principalmente oficiais – que produzem representações da realidade que são tomadas como a realidade.

### **As denúncias do *Jornal da Tarde***

Uma matéria do *Jornal da Tarde* no dia 26 de maio de 1997 deu início à série de reportagens sobre o suposto envolvimento do PT com a empresa de consultoria CPEM. A denúncia partiu de um então petista, Paulo de Tarso Venceslau, que ocupou as secretarias de Finanças nos governos Jacó Bittar, em Campinas, e Ângela Guadagnin, em São José dos Campos, e acusou prefeituras petistas de serem pressionadas a firmar contratos lesivos aos municípios. Segundo Paulo de Tarso, as prefeituras eram estimuladas por dirigentes partidários a contratar a CPEM sem licitação, pelo fato de que a empresa contribuiria para o partido e seria ligada a Roberto Teixeira (amigo pessoal e dono da casa onde Lula morou durante uma década). Paulo de Tarso também acusava a direção do partido de ter sido conivente, pois,

## **Como observa Fishman, a realidade é, em grande parte, construída pelas fontes**

mesmo depois de formalizadas as denúncias, não se promoveu nenhuma apuração.

A manchete principal do jornal (ocupando grande parte da primeira página do JT) era incisiva: “Ex-secretário denuncia corrupção no PT”. O texto de primeira página denotava, desde o início, a preocupação em legitimar Paulo de Tarso como fonte autorizada para fazer as denúncias (“Paulo de Tarso, economista, ex-guerrilheiro da ALN, preso político torturado, quadro petista respeitado...”). O texto inicial da matéria, nas páginas internas, mantinha a mesma postura: “Tem, portanto, além de qualificadas informações internas, autoridade, cacife, coragem e respaldo para dizer o que vai dizer...”. Como observa Fishman (1990), a realidade é, em grande parte, construída pelas fontes, e, apesar de todas as instâncias produzirem suas próprias leituras do mundo, só algumas delas são admitidas na mídia.

A matéria do *Jornal da Tarde* pode ser um exemplo ilustrativo do problema abordado por Sílvio Waisbord (1995), para quem o *boom* do jornalismo investigativo de denúncia na América Latina decorre muito mais de conflitos internos nas estruturas de poder do que de uma disposição da mídia para a investigação. Assim como Pedro Collor foi crucial para que as denúncias contra seu irmão presidente ganhassem uma fonte “oficial” – essa fonte é que torna a *verdade* legítima –, foi necessária uma denúncia intestina sobre o PT (com um denunciante potencialmente reconhecido como *insider*) para que o assunto fosse plausível. Não é gratuita qualquer semelhança com a crise política de 2005 e 2006, iniciada pelas denúncias de Roberto Jefferson – então aliado importante do governo Lula.

Apesar da crescente influência do modelo

norte-americano, Waisbord afirma que o jornalismo latino-americano não chegou a desenvolver códigos universalmente compartilhados sobre o padrão ideal de jornalismo (nem sobre o que exatamente é objetividade), de forma que a imprensa é usada na luta pelo poder muito mais freqüentemente do que se afirma com o poder autônomo. As condições muito distintas que caracterizaram o desenvolvimento da imprensa nos EUA e na América Latina (inclusive em relação ao problema da dependência do Estado) não chegaram, segundo ele, a ser superadas; não se desenvolveram condições sociais, políticas e econômicas que permitissem, de fato, que fossem aqui plenamente adotadas as práticas de jornalismo típicas do modelo norte-americano

O modo como as denúncias do *Jornal da Tarde* foram apresentadas corrobora esta hipótese: a reportagem apenas reproduzia informações oferecidas pela fonte e, também conforme alerta Waisbord (1996), estava centrada em julgamentos morais. O título das páginas internas do JT insistia no tom moralista: “Petista revela esquema de corrupção no partido”. O enfoque dado pelo *Jornal da Tarde* à matéria assumia um caráter editorializado que, de maneira geral, foi encontrado menos intensamente na cobertura, por exemplo, da *Folha*.

Esta editorialização – ou seja, a associação de elementos flagrantemente opinativos na reportagem – ficava patente já no início do texto, profundamente adjetivado e recheado de juízos de valor: “Está aqui, a cavaleiro, para fazer graves acusações (...) – talvez a mais grave em toda a sua história –, um quadro que carrega nas costas, com muito orgulho, uma decisiva participação naquela que foi a maior façanha na

época da ditadura militar”.

Waisbord sugere que, “não tendo que se ater a convenções de objetividade, o jornalismo sul-americano trata explicitamente com questões de moralidade”. Em virtude da falta de elementos para sustentar acusações (admitida no caso CPEM inclusive pelo próprio denunciante – “Eu não tenho provas materiais”, disse ele), grande parte da entrevista de Paulo de Tarso foi dedicada à sua desilusão pessoal com lideranças partidárias. Diante da afirmação do repórter de que o então presidente do PT, José Dirceu, “é uma pessoa que tem intimidade para bater na tua casa a qualquer hora”, Paulo de Tarso dava declarações pessoais ressentidas: “Ele morou nessa casa aqui... Éramos amigos neste nível”.

Algumas das frases selecionadas pela edição do JT com destaque gráfico eram indicativas do enquadramento heróico dado ao denunciante: “Eu quero deixar claro que quero continuar olhando o meu filho de frente”; “Na Rodovia dos Trabalhadores, meu carro foi cercado por um outro carro com três homens dentro”. Se, como observou Silvio Waisbord, a narrativa detetivesca está fortemente associada às reportagens de denúncia, elementos desse tipo de narrativa não faltaram à matéria do *Jornal da Tarde*. Atentados, ameaças físicas e inabalável compromisso com a própria honra foram pontos claramente identificáveis nas estruturas narrativas a partir das quais a história foi enquadrada.

Grande parte das críticas petistas à edição do *Jornal da Tarde* estava baseada no fato de que o jornal insistiu na caracterização de “corrupção no PT” sem nenhum outro fundamento que não as declarações do denunciante. Em edição extraordinária-

**Algumas  
das frases  
selecionadas pela  
edição do JT eram  
indicativas do  
enquadramento  
heróico dado ao  
denunciante**

ria do semanário *PT Notícias*, de junho de 1997, o jornalista Bernardo Kucinski (professor da USP) acusava a reportagem do JT: em primeiro lugar porque, segundo ele, não continha denúncia nova; depois, porque teria escondido informações relevantes (por exemplo, de acordo com ele, a falta de provas e a rejeição das propostas da CPEM pela maioria das prefeituras petistas); e, enfim, porque estaria mais calcada nos códigos comunicativos da propaganda do que nos do jornalismo.

### **O Estado de S. Paulo: ênfase no PT**

Entre os dois mais importantes jornais paulistas, *O Estado de S. Paulo* foi o que dedicou maiores espaços à cobertura das denúncias contra o PT. Além de publicar vários editoriais sobre o assunto, as reportagens mantiveram-se mais intensamente nas suas páginas até o último dia analisado por este trabalho, quando a *Folha* já havia diminuído a atenção à questão. As explicações para este destaque dado pelo *Estado* podem estar situadas em diferentes níveis: além de o jornal ser, notoriamente, um dos mais comprometidos com posturas políticas conservadoras (e, portanto, críticas aos partidos de esquerda em geral), as denúncias foram publicadas inicialmente pelo *Jornal da Tarde*, pertencente ao mesmo grupo empresarial.

Como observa Silvio Waisbord, a produção de notícias de um jornal não pode ser totalmente separada das pressões econômicas e políticas das forças que o sustentam; em outras palavras, há compromissos ideológicos dos grupos empresariais responsáveis pelas publicações que geram efeitos no produto final. Waisbord

## **A cobertura do Estado foi, dentre as estudadas, a que mais ressaltou o suposto comprometimento do PT com atos de corrupção**

lembra que as empresas se dedicam a investigar preferencialmente (e com mais destaque) setores políticos desafetos. Assim como foram os jornais conservadores que cobriram mais profundamente as denúncias contra o presidente liberal da Colômbia nos anos 90, no escândalo envolvendo Ernesto Samper com o narcotráfico, também foi o *Página 12* (diário de centro-esquerda da Argentina) que acompanhou com mais veemência as denúncias contra Carlos Menen.

Além de ser a empresa responsável pela primeira grande matéria sobre as denúncias (e, conseqüentemente, ter interesse em valorizar o *seu furo*), o grupo *OESP* tem uma antiga trajetória de rusgas com o Partido dos Trabalhadores. A cobertura do *Estado* foi, dentre as estudadas, a que mais ressaltou o suposto comprometimento do PT com atos de corrupção.

A disposição em adotar uma postura crítica em relação ao PT ficou patente em seus editoriais – certamente entre os mais incisivos dentre todos os analisados. Na edição de 27 de maio, por exemplo, sob o título de “Farinha do mesmo saco” (página A-3), o jornal insistia numa tese que viria a ser recorrente em sua cobertura – a de que o PT era um partido exatamente igual àqueles que eram por ele criticados:

Havia analistas que garantiam ser todos os partidos políticos brasileiros semelhantes pelos programas, doutrinas e costumes, exceto o PT, que se distinguiu pela intransigência de suas propostas e pela rigidez moral de seus dirigentes e militantes (...) O PT é o mais recente sepulcro caído da política tupiniquim. (*O Estado de S. Paulo*, 27 de maio de 1997, p. A-3.)

O editorial da edição seguinte, de 28 de maio, era ainda mais virulento. Sob o título “O farisaísmo flagrado” (página A-3), o *Estado de S. Paulo* sustentava que

o valor do PT para a vida nacional estava em outro plano. Era como crítico e polícia dos costumes políticos e administrativos que o PT desempenhava valioso papel na vida brasileira (...) Vê-se, agora, que havia nesse comportamento uma enorme dose de farisaísmo. (*O Estado de S. Paulo*, 28 de maio de 1997, p. A-3.)

Neste mesmo editorial, em destaque gráfico, o jornal colocava a conseqüência prática a seu ver mais relevante (sobretudo naquele momento, em que se discutia a denúncia de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso): “Que autoridade moral terá o PT para denunciar as corrupções alheias, se ocultou a própria?”; o texto do editorial sustentava que as pessoas que contribuíram para a construção da imagem de rigor ético do PT eram as mesmas que estavam envolvidas no escândalo. Além disso, defendia o editorial, se na denúncia da compra de votos no Congresso o envolvido era um “obscuro deputado”, no caso das denúncias contra o PT eram figuras proeminentes do partido.

O tom das reportagens na edição do dia 27 de maio (que ocuparam quase integralmente três páginas) insistia na tese de que o PT se enredava em seus próprios erros. Na matéria principal – “PT reabre investigação sobre corrupção” (página A-4) –, o *sublead* trazia um *mea-culpa* do presidente José Dirceu: “A executiva nacional cometeu um erro ao não levar adiante a sindicância”.

### **O tom das reportagens na edição do dia 27 de maio insistia na tese de que o PT se enredava em seus próprios erros**

Na matéria imediatamente posterior a esta, na mesma página – “Genóino e Mercadante pedem comissão de ética” –, o subtítulo informava que, para o deputado José Genóino, o “partido ‘falhou’ ao apurar acusações.” Na página A-5, destaque para a reportagem informando no título que “Contrato causa problemas a Telma até hoje”. Na página A-6, a reportagem “Ex-secretário põe até Lula sob suspeita”, seguida de trechos da entrevista publicada na véspera pelo JT.

A cobertura dos dois dias subseqüentes manteve postura ofensiva contra o partido, que foi colocado no centro do debate. Na edição de 28 de maio, todas as matérias principais do caderno de política eram flagrantemente acusatórias ao PT: “Ex-vice-prefeito confirma pressões da cúpula” (página A-4); “Prefeito de Santo André também sofre processo” (página A-5); “TCE considera ‘ilícita’ assessoria da CPEM” (página A-6). No dia 29 de maio, “Processo liga amigo de Lula à CPEM” (página A-4); “Lula afasta-se da cúpula para apurações” (página A-6). A primeira matéria principal de página contendo a versão de petistas só apareceu nesta edição de 29 de maio, na página A-7, sob o título de “Prefeito diz que agiu de acordo com a lei”.

Outro editorial, em 30 de maio (página A-3), voltava à tese de que o partido usaria os mesmos artificios dos demais:

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva deixou-se meter em uma situação na qual só lhe resta apresentar versões para rebater fatos. Tenta desqualificar o denunciante para desqualificar a denúncia. É truque velho, tantas vezes denunciado pelo PT como vício daqueles que chama de ‘partidos de direita’. (*O Estado de S. Paulo*, 30 de maio, p. A-3.)

As matérias, como nas edições anteriores, mantinham pressão sobre o partido, com títulos e reportagens que insistiam na associação entre PT e corrupção. Na página A-4 – “Denúncia leva PT a rediscutir planos para 98” – o lead informava que “os efeitos políticos da denúncia de corrupção no PT começam a ser sentidos na divisão de forças dentro do partido e podem levar a uma mudança de rumos na campanha eleitoral de 1998”. Na página A-5 – “Teixeira confirma negócios com prefeituras” – o subtítulo relatava que “advogado admite ter oferecido a Lula serviços da CPEM”.

A partir da edição de 31 de maio, a constituição da comissão de sindicância formada pelo PT começou a alcançar os principais títulos. O tom, contudo, continuava explicitamente (nos editoriais) ou subliminarmente (nas matérias) crítico ao partido. “Bicudo rejeita ajuda de fora na sindicância” (página A-4) era o título da reportagem principal, com o subtítulo informando que “deputado alega que denúncias de Paulo de Tarso são um problema exclusivo do partido”. A matéria destacava, no fim do *lead*, que Paulo de Tarso achava que um fórum formado só por petistas não teria isenção para conduzir os trabalhos. Esta idéia foi defendida literalmente pelo *Estadão* em seus editoriais e caracterizou o enquadramento principal de todo o material noticioso sobre a comissão.

A edição de domingo (1º de junho) estampou, na página A-8, pesquisa *InformEstado* que constatava que 53% dos paulistanos não mais acreditariam no partido: “Denúncias abalam confiança no PT e em Lula”, ressaltava o título. Em matéria associada a esta, o *Estadão* expressava juízo de valor explícito no título “Partido costuma tratar deslizes éticos como tabu”. Esta construção embutia

## As matérias mantinham pressão sobre o partido, com títulos e reportagens que insistiam na associação entre PT e corrupção

deduções do redator que apenas com muita dificuldade poderiam ser enquadradas nos padrões de objetividade factual que o jornal reivindicava para si. O texto era permeado de julgamentos, como este que aparecia no *lead*: “A reação da cúpula do PT às denúncias (...) mostrou as dificuldades que o partido tem para lidar com deslizes éticos na conduta de dirigentes”.

Ainda no dia 1º de junho, as relações de compadrio entre Lula e Roberto Teixeira (que seria ligado à CPEM) eram lembradas com frequência. “Amigo de Lula admite ter beneficiado CPEM” (página A-6). No dia seguinte, 02 de junho, “Suplicy que discutir salário e casa para Lula” (página A-8) enfocava mais uma vez as relações de Lula com Roberto Teixeira, proprietário da casa onde então morava o atual Presidente da República. As edições de 03 de junho – “PT tenta reagir pedindo CPI dos corruptores” (página A-5) – e 04 de junho – “TCE mandou suspender mais de 400 contratos” (página A-6) – foram gradativamente diminuindo o espaço dedicado ao assunto, que perdia força noticiosa. Contudo, ainda assim, as matérias do *Estadão* sobre o tema, de maneira geral, continuavam ocupando espaços mais generosos e nobres do que nos outros veículos nacionais (como *O Globo* ou o *JB*) ou do que os dados por seu concorrente paulista.

### Folha de S. Paulo: ênfase na CPEM

Se o PT esteve o tempo todo no centro da cobertura do *Estadão*, na *Folha* a CPEM passou a ocupar crescente espaço noticioso ao longo do período estudado. A opção da *Folha* foi deslocar a discussão, gradativamente, para o problema das relações entre consultorias e prefeituras, e não focalizar apenas as denúncias de Paulo de Tarso Venceslau

contra o partido. A edição de 27 de maio (na qual o assunto ocupou apenas a página 1-4) evidentemente fazia referência à reportagem de véspera do JT. A opção editorial da *Folha*, contudo, começou a se diferenciar da do *Estado* a partir da primeira expressão usada no antetítulo: no lugar do “escândalo petista” usado pelo concorrente, “suspeita” foi a palavra escolhida para introduzir o assunto. “Ex-secretário acusa Lula e Dirceu de ajudar empresa”, o título usado na matéria principal, dividiu espaço com a seção *Outro lado*, na qual se abriam pequenas notícias com a defesa petista.

Ao contrário do *Estado*, que adotou postura mais agressiva e acusatória, a *Folha* tratou o assunto recorrendo, com frequência, ao campo semântico da dúvida. No único editorial dedicado ao tema (“Incógnitas do PT”, página 1-2 do dia 02 de junho), o jornal utilizou recorrentemente expressões condicionais. Apesar de concordar com a tese de que, se comprovadas, as denúncias nivelariam o PT aos demais partidos, o tom usado pela *Folha* raramente foi o de assegurar que o PT já fosse igual aos demais:

Com a deterioração dessa imagem, o partido pode acabar caindo na vala comum das agravações que colocam seus próprios interesses ou de seus integrantes à frente de considerações mais ideológicas. Sem esse diferencial, o PT corre o risco de ver sua representação diminuída em favor de outras legendas. (*Folha de S. Paulo*, 2 de junho de 1997, p. 1-2)

As expressões “pode” e “corre o risco” denotam a preocupação em relativizar, de antemão, a veracidade das denúncias. Esta preocupação pôde ser evidenciada em grande parte das matérias publicadas pelo jornal.

**Ao contrário do Estado, a Folha tratou o assunto recorrendo, com frequência, ao campo semântico da dúvida**

Apesar de a cobertura corroborar algumas das denúncias de Paulo de Tarso (na página 1-5, de 28 de maio, por exemplo, o título informava que “Amigo de Lula negociou com a prefeitura petista do ABCD”), a *Folha* dedicou grande parte de suas matérias a questões menos destacadas pelo *Estado*, como a disputa interna no PT – “Suspeitas abrem crise interna” (página 1-6, de 28 de maio).

A partir de 29 de maio, a CPEM passou a dominar o noticiário. Nas quatro páginas daquele dia dedicadas ao assunto, as matérias, apesar de falarem também sobre o PT, focalizaram preferencialmente a empresa de consultoria: “Cpem mudou de nome e manteve contrato” e “Empresas já tiveram mesmos sócios” (página 1-7); “Empresário petista visitou MG pela Cpem” e “Contrato com Cpem em Piracicaba será apurado” (página 1-8) foram reportagens que exemplificam esse foco.

Na edição de 30 de maio, o enfoque foi o mesmo. “TCE julga irregulares contratos da Cpem” (página 1-5) e “Teixeira admite ‘auxílio eventual’ à Cpem” foram os títulos das duas principais matérias publicadas naquele dia. Os textos caminhavam na direção de discutir os contratos da Cpem de forma mais global, e não apenas os contratos com prefeituras petistas. O *lead* e o *sublead* da matéria da página 1-5 demonstravam isso: “O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo considerou irregulares contratos firmados entre a Cpem e cinco prefeituras de São Paulo” (*Folha de S. Paulo*, 30 de maio de 1997, p. 1-5).

Este é um dos pontos que os petistas mais utilizaram para caracterizar as denúncias como politicamente orquestradas para prejudicar o partido. Para a direção do PT parte da imprensa omitiu o fato de que a

CPEM, em 12 anos de existência, prestou serviços a mais de 300 prefeituras, sendo que apenas sete delas eram petistas. Diante da pergunta “o PT é ligado à CPEM?”, o jornal *PT Notícias* rebatia: “Não. Apenas sete prefeituras governadas por petistas fizeram contratos com a CPEM: Agudos, Diadema, Ipatinga, Jaboticabal, Piracicaba, Santo André e Santos”. O texto se completava com a informação de que nenhuma das prefeituras então comandadas por petistas tinha contrato com a CPEM. “Isto prova que não há nenhuma ligação do Partido com a empresa”, afirmava o jornal.

Apesar de ser anterior à edição do jornal petista, a cobertura da *Folha* foi a que mais ressaltou a participação da empresa de consultoria em outros municípios. Dia 31 de maio, o jornal insistia no enfoque: “Promotor avalia contratos com empresas”, “Empresa está em licitação”, “Prefeito pára pagamentos à empresa” e “Indaiatuba tenta anular contrato” (todas na página 1-6) eram as notícias que focalizam a CPEM.

A *Folha* foi o primeiro jornal a publicar uma grande entrevista com Roberto Teixeira, o amigo de Lula acusado de pressionar prefeituras petistas a firmar contratos com a CPEM. No dia 1º de junho toda a página 1-7 e metade da página 1-8 foram dedicadas à defesa de Teixeira. “Calmo e bem-humorado, Teixeira rebateu as críticas”, informava o texto introdutório dos repórteres. A entrevista ressaltou pontos que ficaram razoavelmente eclipsados em outras coberturas.

Segundo Teixeira, “não há nenhuma substância. Só suspeitas, suspeitas, suspeitas... Onde está a acusação de corrupção? Estão fazendo um fogo de encontro para poder contrapor com essas últimas denúncias que estão aí (feitas pela *Folha* sobre a compra

## O perfil do denunciante traçado pela *Folha* diferia substancialmente daquele feito pelo *JT* e *Estadão*

de votos para aprovação da reeleição)”. Para ele, “o PT sempre será vítima disso. O PT é como uma virgem posta num prostíbulo. O que as pessoas querem é prostituí-lo”.

Nessa mesma edição, o perfil traçado pela *Folha* do denunciante Paulo de Tarso Venceslau diferia substancialmente daquele feito pelo *JT* e *Estadão*. Se, na definição dada pelo *Jornal da Tarde*, ele era “quadro petista respeitado”, para a *Folha* ele “já tinha uma longa trajetória de polêmica na esquerda. Apesar de todos os jornais fazerem referência praticamente aos mesmos pontos da biografia de Paulo de Tarso, os enfoques eram absolutamente distintos. Se nos jornais do grupo OESP enfatizou-se a participação de Tarso no bem sucedido seqüestro do embaixador americano, a *Folha* lembrou que “Venceslau carregou nos ombros a suspeita, nunca comprovada, de negligência ou delação” no episódio que resultou na morte do líder guerrilheiro Carlos Marighella.

Da mesma forma, se para o *JT* Venceslau era um petista respeitado pelos seus companheiros, para a *Folha* ele “no PT, enfrentou, no início, a desconfiança de que continuava atuando como membro da Ação Libertadora Nacional do partido (...) Hoje, o economista ensaia a aproximação com o PSDB”. Antes dessa matéria no dia 1º de junho, outra reportagem, no dia 29 de maio, já alertava sobre as relações entre o denunciante e o Ministro das Comunicações da época, o peessedebista Sérgio Motta – “Motta diz conhecer Venceslau ‘da militância’” (página 1-10).

Assim como o já citado Editorial “Incógnitas do PT”, toda a edição de 02 de junho tratava, em sua maior parte, das repercussões das denúncias sobre o futuro do partido, sem, no entanto, abandonar por completo o foco

na CPEM (“Câmara de Piracicaba vota hoje comissão para investigar Cpem” –página 1-5). A CPEM estava presente em três matérias da edição de 03 de junho, na página 1-7; e em duas matérias na edição de 04 de junho, na página 1-8. Ou seja, até o último dia analisado por este trabalho, apesar da marca *O PT sob suspeita* – que foi o selo criado para acompanhar todas as matérias sobre o caso – a cobertura da *Folha* foi, em muitos momentos, mais sobre o escândalo da CPEM do que propriamente do escândalo do PT.

### Conclusão

A análise comparativa das opções editoriais feitas pelos dois jornais indica que cada um deles enfatizou, em maior grau que o outro, algum aspecto específico do problema: o Partido dos Trabalhadores (*Estado*) e a CPEM (*Folha*). Diferentes estratégias discursivas foram constituídas, assim como diferentes abordagens utilizadas.

Mas, afinal, é possível falar em um enquadramento comum (ou, pelo menos, em algum aspecto ideológico compartilhado pelos dois enquadramentos escolhidos)? Sim, há pontos de interseção muito nítidos presentes nas duas coberturas, situados além da simples escolha de um enfoque específico para o acompanhamento da seqüência de denúncias. Estas interseções indicam que os jornais, em maior ou menor grau, convergiram suas avaliações a um ponto comum: a negação da especificidade do PT no quadro partidário brasileiro (fato consumado, segundo o *Estado*; possibilidade plausível, para a *Folha*).

Os diários (mesmo a *Folha*, apesar do discurso relativizador, parecia admitir essa hipótese como provável) insistiram na carac-

terização do Partido dos Trabalhadores como um partido exatamente igual – ou, pelo menos, não muito diferente dos demais. Assim como a cobertura do caso adquiriu contornos que não existiriam se o partido denunciado fosse outro (notícia é quando o homem morde o cachorro, e não o contrário, já ensinava o velho ditado das redações), a insistência em repetir que o PT era igual aos demais denotava que, naquele momento, esta *não* era a impressão mais difundida na opinião pública.

Se esta posição já fosse majoritária, o discurso da igualdade não precisaria ser repetido com tanta veemência e regularidade pelos jornais. As coberturas do *Estadão* e da *Folha* em 1997 demonstram que a expectativa de que o PT agiria diferentemente dos demais era amplamente enraizada na sociedade – o que ajuda a entender o enorme interesse noticioso e a brutal surpresa da opinião pública com a crise do *Mensalão* no governo Lula, a partir de 2005.

Como demonstrou Michael Schudson (1978), ao descrever os processos de transformação que levaram ao surgimento do moderno paradigma de jornalismo exportado pelos EUA para o mundo, há certas condições específicas para que o mercado de fato seja o parâmetro da produção noticiosa dos veículos. Os enquadramentos dados pelos jornais paulistas ao episódio das denúncias de Paulo de Tarso podem ser indicativos de que, por um lado, eles são compelidos à competição empresarial e à ocupação de certos nichos de mercado - e por isso adotam ênfases discursivas distintas para tratar do mesmo assunto. Por outro lado, como são empresas que defendem macro-posições políticas não tão distantes uma da outra, apresentam convergências ideológicas

**A insistência em repetir que o PT era igual aos demais denotava que esta não era a impressão mais difundida na opinião pública**

de fundo – por exemplo, a defesa de que o escândalo da CPEM, uma década atrás, já indicaria a inexistência de grandes diferenças entre o PT e qualquer outro partido brasileiro do campo conservador.

Uma leitura ideológica subtextual dessa tese de fundo talvez revele o seguinte entendimento pelos jornais: não passam de jogo de cena as proposições críticas da esquerda ao *status quo* (e em 1997 não há dúvidas de que o PT ocupava uma posição mais crítica e mais à esquerda se comparada àquela em que se situa hoje). O discurso da *Folha* e do *Estadão*, quando insistem na naturalização do conceito de indiferenciação partidária, revela uma posição ideológica mais abrangente, que talvez possa se expressar numa antítese do slogan do Fórum Social Mundial: “um outro mundo não é possível”.

### Sobre o autor

Paulo Roberto Figueira Leal, Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, Professor do PPGCom e da Graduação em Jornalismo da UFJF.  
email: pabeto.figueira@uol.com.br

### Referências

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1983.  
FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press, 1990.  
GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.  
GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1974.  
KECK, Margareth Elizabeth. *PT: A Lógica da Dife-*

*rença* – o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1993.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política* – os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *Os debates petistas no final dos anos 90*. Rio de Janeiro: Sotese, 2004.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A Nova Ambiência Eleitoral e seus Impactos na Comunicação Política. *Lumina – Facom-UFJF, Juiz de Fora*, v. 5, p. 67-77, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of american newspaper*. New York: Basic Books, 1978.

SCHUDSON, Michael. The politics of narrative form: the emergence of news conventions in print and television. In: *Daedalus* 111(4), 1982, p. 97-112.

WAISBORD, Silvio. When watchdogs bark: press and a political accountability in south american democracies. Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, Chicago, IL, 1995.

WAISBORD, Silvio. Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no caso Collorgate. In: *Comunicação & Política* v. III, no 2, p. 94-111, 1996.

Recebido em 3 de março de 2008  
Aprovado em 28 de abril de 2008